

# **A questão Nordeste – um reexame da problemática Nordeste ou a defesa de uma agenda antiliberal para o desenvolvimento da região**

Samuel Costa Filho<sup>1</sup>

## **Resumo**

*O presente artigo pretende resgatar e reexaminar a problemática do Nordeste nas discussões acerca das principais questões da economia e sociedade brasileira. Inicia com uma descrição do processo de industrialização via SUDENE e das modificações na estrutura regional. Prossegue, apresentando como o debate sobre disparidades regionais, políticas de longo prazo e a questão Nordeste foram relegados ao segundo plano em decorrência da crise do modelo de acumulação de capital brasileiro na década de 80. Finaliza apresentando a necessidade de formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento nacional oposto ao defendido pelos neoliberais. No contexto e formulação desse projeto, recoloca a necessidade de implementação de uma “nova política de desenvolvimento regional”, apesar das falhas e dos interesses de classes, objeto das políticas anteriores. Tem por objetivo se posicionar a favor de um “projeto de desenvolvimento nacional”, que ao levar em conta a região Nordeste, contribua para a eliminação do conservadorismo e dos entraves responsáveis pela pobreza e miséria da grande maioria de sua população.*

## **Introdução**

Diferente do ocorrido nas décadas de 50, 60 e talvez parte dos anos 70, na década de 80 o debate sobre disparidades regionais e a questão Nordeste foram relegados ao esquecimento em virtude da crise do modelo de acumulação de capital brasileiro levar à utilização de políticas de estabilização e ajustamento econômico.

As transformações que ocorreram no cenário internacional e o revigoramento do pensamento neoliberal nos Estados Unidos e na Inglaterra deram margem a um retorno à ortodoxia (Villarreal, 1989). A retomada da supremacia liberal em parte do mundo desenvolvido provocou a difusão de suas idéias e propostas para as áreas sob sua influência.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente – UFPI/Mestre em Economia – CAEN/Doutorando em Economia – UNICAMP. Instituto de Economia (IE).

Desse modo, assiste-se hoje a uma “Onda Neoliberal” varrendo a América Latina, apresentando a eficiência e liberdade do mercado e o processo de “globalização” da economia como altamente eficazes e vantajosos para os países latino-americanos. Diversos analistas asseguram vantagens ilimitadas decorrentes do processo técnico e do mercado global em virtude dessa nova ordem internacional em formação.

Questões fundamentais, tais como a marginalização dos países atrasados e em desenvolvimento no que se refere à desigual distribuição dos frutos da riqueza e do progresso técnico, e os problemas de grupos de indivíduos, setores e regiões passam todos a serem vistos, analisados e solucionados através da velha idéia liberal de que a “mão-invisível” do mercado é o melhor guia (Tavares, 1993).

A crise da economia nacional e do Estado brasileiro deu margem à vitória de um “Projeto Nacional” que visa reformar e modernizar o setor público pela via da privatização, desregulamentação e abertura comercial. Encontramos também uma forte pregação e defesa do chamado “Estado Mínimo”, “Estado Neutro” etc. (Cano, 1994).

Assim, o “Projeto Nacional” atualmente em execução está assentado no retorno do apoio do capital externo para a retomada do crescimento em virtude do sucesso da política de estabilização.<sup>2</sup> Continuaremos em uma via de crescimento apoiada com recursos externos, que teve origem no tipo de desenvolvimento implantado a partir da década de 50, embora tenha apresentado diversos aspectos diferenciados.

Esse artigo aponta para a necessidade de novamente se retomar a questão Nordeste e um novo desenvolvimento regional, além do que diverge das soluções neoliberais para os graves problemas estruturais enfrentados pela economia e sociedade brasileira.<sup>3</sup> Todavia, se faz necessário não somente criticar a contra-revolução ortodoxa na periferia, mas sobretudo devemos propor alternativas a sua supremacia. Entretanto, como afirma Tavares (1993: 15):

---

<sup>2</sup> Artigo escrito em dezembro de 1997.

<sup>3</sup> Assim, faleceram as políticas tradicionais de desenvolvimento regional em quase todos os países. Com as políticas neoliberais de abertura e/ou de integração regional de várias economias nacionais, não há lugar para a produção subsidiada em regiões deprimidas ou menos desenvolvidas (Cano, 1997: 134).

“A crítica à ‘globalização’ não está ainda suficientemente avançada, embora os seus efeitos perversos sobre o desemprego, concentração da renda, da riqueza e do saber, já comecem a manifestar-se com mais nitidez mesmo nos países desenvolvidos. A ideologia neoliberal que apresenta este processo como inegavelmente virtuoso, tem sido um dos maiores obstáculos psicológicos à nossa capacidade de reagir e de voltar a tentar, pelo menos intelectualmente, defender a nação como espaço de solidariedade e a reforma do Estado Nacional como equivalente à possibilidade de formular um projeto novo de desenvolvimento com transformação produtiva e equidade social”.

## **1 A articulação do Nordeste ao desenvolvimento capitalista brasileiro**

A região Nordeste, ao ficar à margem do processo de industrialização da economia brasileira, assistiu a região Sudeste se consolidar na posição de centro hegemônico da economia nacional.

Até por volta dos anos 50, a atuação do Governo Federal em nível regional esteve marcada por políticas de caráter assistencialista.<sup>4</sup> A atuação do Estado no Nordeste estava estruturada para atendimento dos interesses das oligarquias canavieiras e algodojeiras/pecuária, recebendo em troca o apoio político dessas elites dominantes. O grau de controle e repressão exercido pelas oligarquias nordestinas era tão elevado que dispensava uma atuação populista por parte do Estado, semelhante à por ele realizada no Sudeste do país.

A continuação dos problemas advindos das secas apesar da atuação dos diferentes órgãos federais (DNOCS, CVSF – Comissão do Vale do São Francisco – 1948, CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco – 1948) e dos recursos transferidos para a região, fez com que se fosse criando a consciência de que o país enfrentava um sério problema de desequilíbrio regional. O agravamento desses desequilíbrios aprofundados pelo avanço da industrialização, e ante o quadro crítico em que se encontrava a região Nordeste, levou a União a tentar promover uma política de “desenvolvimento regional”.

Em 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Governo Federal iniciou uma política voltada para o desenvolvimento do Nordeste. Todavia esse objetivo somente foi elaborado quando da

---

<sup>4</sup> A atuação do Estado se caracterizava pela procura de atenuar as pressões advindas dos desequilíbrios socioeconômicos decorrentes das secas.

formulação de uma política de desenvolvimento por parte do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – 1956).

O economista Celso Furtado concebeu em nome do GTDN o documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, que, ressaltando as disparidades de renda e crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul, procurou elaborar um plano de ação para o desenvolvimento nordestino (Furtado, 1989). O plano de ação proposto pelo documento do GTDN defendia a industrialização do Nordeste como a melhor e mais rápida maneira de se recuperar o atraso regional. A política de industrialização objetivava o emprego da mão-de-obra ociosa, a criação de uma classe empresarial com espírito desenvolvimentista e a fixação na região dos capitais que sempre tendiam a emigrar. Salientava, ainda, que a necessidade de medidas para viabilizar o processo de industrialização passava por modificações na estrutura agrária regional.

O documento afirmava que a situação de atraso em que se encontrava a região Nordeste era decorrente tanto de fatores internos como de fatores externos. No que diz respeito aos fatores internos que dificultavam o desenvolvimento nordestino, apontava a grande dependência da economia para com o setor agrícola e uma fraca industrialização na região. Por outro lado, as dificuldades externas estavam vinculadas às políticas governamentais que facilitavam a transferência de recursos para o Sudeste do país, por intermédio do comércio triangular (GTDN, 1978).

Baseado nas linhas gerais defendidas pela CEPAL, o documento revelava uma abordagem nitidamente estruturalista. Apoiado nas idéias keynesianas, defendia uma atuação deliberada do Estado para execução da política de desenvolvimento, e se situava contra a livre ação dos mecanismos de mercado, que atuando sem intervenção inviabilizaria o processo de industrialização do Nordeste.

O agravamento das desigualdades regionais e a continuação das graves consequências advindas das secas, aliados a pressões surgidas de amplos segmentos da sociedade nordestina, inclusive com a “ameaça” do movimento popular das ligas camponesas, levaram em 1959, à transformação do GTDN em CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste). O CODENO seria o órgão encarregado de implementar as diretrizes gerais da

política econômica, até que o projeto de lei de criação da SUDENE fosse aprovado pelo Congresso (Cohn, 1978).

A instalação da SUDENE, que ocorreu depois de intensa luta no Congresso Nacional, propiciou a criação de uma série de incentivos fiscais e financeiros para implementar os objetivos propostos no documento do GTDN. Entretanto, o que de fato ocorreu na região foi unicamente a ação deliberada da industrialização, que procurou atender à exigências de valorização do capital em nível nacional. Dito de outra maneira, o que a SUDENE viabilizou via mecanismo 34/18<sup>5</sup> foi a expansão capitalista para o Nordeste, numa conjuntura de crise que necessitava de uma reorganização regional dos mercados para sua solução. O que ocorreu, a partir de então, foi uma redefinição da divisão regional do trabalho comandada pelo Sudeste, na via da homogeneização da economia nacional (Oliveira, 1981).

Ao viabilizar a necessidade da expansão de capitais do Sudeste do país, a SUDENE deu margem à formação de um mercado nacional unificado. A região Nordeste que, anteriormente, dependia consideravelmente de suas relações com o exterior (Oliveira, 1980: 55), passa a ter sua dinâmica comandada pelo ritmo de acumulação em nível nacional.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ao exigir a constituição de uma Economia Nacional, desarticulou as antigas Economias Regionais ligadas ao setor externo e primário-exportadoras. Esse processo ocorreu interligando a região Nordeste ao circuito de acumulação de capitais em nível nacional. Foi um processo que se iniciou pela via comercial (colocação dos produtos do Sudeste na região Nordeste) e passou, no momento da implantação da política industrializante, a ser realizado via transferência de capital.<sup>6</sup>

---

5 Incorporado à Lei n. 3.995/61, em seu artigo 34, o dispositivo que possibilitava às pessoas jurídicas de capital 100% nacional a dedução de 50% do seu imposto de renda, desde que estes recursos fossem aplicados no Nordeste. Esse dispositivo sofreu várias modificações e no art. 18 da Lei 4.239/63 estendeu esta opção para as empresas estrangeiras, ficando então os incentivos fiscais conhecidos na prática como sistema 34/18. Posteriormente transformado em FINOR – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

6 Guimarães Neto (1989) apresenta a constituição do mercado interno brasileiro dentro da lógica do desenvolvimento capitalista. Isso implica que o Sudeste não só realizou a conquista de mercado para os seus produtos (expansão das relações mercantis) mas, posteriormente, transferiu capitais para outra área (Nordeste), com expansão e aprofundamento das relações capitalistas de produção.

Os recursos do sistema 34/18-FINOR funcionaram como subsídios aos capitais privados que se instalaram no Nordeste, contribuindo para modificação da base produtiva regional dentro de um caráter capitalista. Assim, as empresas nacionais e até estrangeiras, através de suas filiais ou de empresas novas com perfis diferentes das matrizes, passaram a investir na região e a dinamizar a produção de bens intermediários.

Desse modo, verificou-se ao longo dos anos 60 e 70 um processo de industrialização no Nordeste brasileiro, que apesar de não ter se beneficiado das conjunturas favoráveis de crescimento econômico da época,<sup>7</sup> foi capturado e comandado pela lógica da economia nacional. Assim sendo, a industrialização nordestina passou a acompanhar a dinâmica da economia brasileira.

## **2 As modificações na estrutura regional decorrentes da integração da economia nordestina ao espaço nacional**

O processo de incorporação da economia nordestina à dinâmica da reprodução de capital da economia nacional iniciou pela via comercial (são fluxos de mercadorias e serviços que preponderam no processo de integração econômica – Ferreira, 1983, 1983a e Araújo 1995) e prosseguiu por intermédio do processo de industrialização via SUDENE. Esse processo veio modificar a antiga Economia Regional ligada ao setor externo e primário-exportadora.

Com a criação da SUDENE em 1959, a região Nordeste sofreu importantes transformações econômicas e sociais. Uma primeira modificação decorrente desse processo foi a de que a dinâmica da economia regional que dependia de suas relações com o exterior, passou a ser comandada pelas leis do espaço econômico hegemônico do país. A economia nordestina integrou-se de tal forma com a economia do resto do país que, a rigor, já não se pode falar de “economia do Nordeste”, e sim de uma divisão regional do trabalho com atividades regionalmente localizadas no Brasil.

---

<sup>7</sup> Segundo Smith (1984), a ação industrializante da SUDENE é posterior à expansão de 1955/61 da economia brasileira, como também captará poucos efeitos favoráveis do período do milagre 1967/73.

As demais transformações e consequências na estrutura econômica da região ocorreram, principalmente, nos anos 60 e 70, quando da industrialização via incentivos da SUDENE.

O modelo econômico altamente concentrador e excludente, existente no Sudeste do país, estendeu para o Nordeste um padrão oligopolista até então desconhecido para a região. A industrialização nordestina, que tinha a participação exclusiva de empresas de capital regional ligado à produção de gêneros alimentícios e têxteis, presencia a quebra do “exclusivo regional” com a penetração dos grandes grupos nacionais, e com a mudança do eixo principal da economia para a produção de insumos intermediários (principalmente a química e os gêneros dela derivados: borracha, material plástico, produtos farmacêuticos e veterinários). Comandados pelos grupos oligopolistas nacionais e estrangeiros, reproduzem no espaço nordestino uma estrutura industrial que tem sua composição formada, na sua grande maioria, pelas mais importantes empresas que fazem parte dos subsetores que resumem a estrutura industrial do país.

Em decorrência desse processo de industrialização, ocorreu uma transformação na estrutura da economia do Nordeste. A agricultura, que possuía um peso elevado (o setor agrícola respondia por cerca de 36%, a indústria 13% e o setor de serviços por 51% da formação da renda interna entre as décadas de 40 e 50), teve sua participação reduzida com o correspondente crescimento dos setores industrial e de serviços. Conforme podemos observar pelos dados contidos na Tabela 1, esta modificação ocorreu nas últimas décadas.

Porém, o poder das velhas classes dominantes nordestinas apesar de, atualmente, ser compartilhado com novos segmentos de classes, não foi abalado ao ponto de lhes destituir dos postos ocupados na esfera social e política. Presenciamos hoje uma combinação das velhas estruturas do campo com as novas estruturas surgidas com o processo de industrialização via SUDENE, ou seja, o que ocorreu foi um processo de **modernização conservadora**.<sup>8</sup>

---

8 Conforme Araújo (1995), a realidade econômica e social nordestina revela atualmente a existência de subespaços desenvolvendo atividades modernas e outras áreas que resistem a mudanças.

Tabela 1  
Nordeste – Produto Interno Bruto a custo de fatores segundo setores econômicos: 1965/89  
(Preços correntes) Cr\$ 1.000,00

Anos	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
1965	1.515	29,03	1.207	23,13	2.495	47,82	5.217
1966	1.972	27,15	1.739	23,94	3.552	48,90	7.263
1967	2.714	21,05	2.236	17,34	7.938	61,59	12.888
1968	3.269	24,92	3.288	25,07	6.558	50,00	13.115
1969	4.007	23,48	4.361	25,55	8.694	50,95	17.062
1970	4.468	20,97	5.836	27,39	10.997	51,62	21.301
1971	8.203	27,34	7.693	25,64	14.097	47,00	29.993
1972	9.542	24,29	10.384	26,44	19.345	49,26	39.271
1973	16.262	28,21	14.728	25,54	26.655	46,23	57.645
1974	20.196	25,05	22.357	27,72	38.097	47,23	80.650
1975	27.698	23,91	31.994	27,62	56.143	48,46	115.835
1976	43.280	23,27	50.726	27,28	91.931	49,44	185.940
1977	62.097	21,81	76.090	26,72	146.522	51,46	284.709
1978	84.428	19,47	117.153	27,02	231.877	53,49	433.458
1979	147.520	19,80	208.827	28,03	388.617	52,16	744.964
1980	266.728	17,26	453.561	29,34	825.575	53,04	1.545.918
1981	515.397	16,69	857.103	27,76	1.715.125	55,55	3.087.625
1982	954.036	14,30	1.941.957	29,11	3.776.123	56,59	6.672.116
1983	2.079.620	13,17	5.104.372	32,34	8.601.691	54,49	15.785.690
1984	9.001.043	16,29	17.463.428	31,61	28.784.782	52,10	55.249.253
1985	31.895.918	16,22	59.253.913	30,14	105.449.543	53,64	196.599.374
1986	77.119.868	14,83	140.006.201	29,92	302.966.089	58,25	520.092.158
1987	203.871.056	13,17	482.257.155	29,71	926.332.247	57,06	1.622.460.458
1988	2.110.417.388	16,10	3.720.161.202	23,38	7.277.662.942	55,52	13.108.182.532
1989	25.547.319.028	13,42	55.987.082.907	29,42	108.833.101.999	57,17	190.367.503.934

Fonte: SUDENE – Formação Bruta de Capital – Nordeste do Brasil 1965/89.

Os recursos do sistema 34/18-FINOR se constituíram num importante mecanismo financeiro de acumulação de capitais na região Nordeste. As inversões realizadas na região se concentraram nos subsetores de bens intermediários e outros sub-ramos dinâmicos, possibilitando uma aproximação da estrutura industrial do Nordeste com a estrutura industrial do Brasil. A região que, anteriormente, possuía uma indústria ligada à produção de alimentos e têxtil, presencia uma diversificação da sua estrutura industrial com a produção de insumos intermediários,<sup>9</sup> conforme mostra a Tabela 2. Ao longo desse processo, a divisão social do trabalho entre as regiões permitiu ao Sudeste concentrar a sua produção em bens de capital e bens de consumo

<sup>9</sup> Apesar da participação relativa do setor de bens de consumo duráveis ser ainda significativa (41,4%), é elevada a sua redução, como também o crescimento da participação da produção de bens intermediários (atualmente com quase 50%).



duráveis, ficando o Nordeste com uma crescente produção de bens intermediários (Guimarães Neto, 1989; Oliveira, 1990 e Araújo, 1995).

Tabela 2  
Estrutura do valor de transformação industrial segundo os usos dos bens produzidos no Nordeste 1959/70/80/85.

Discriminação	1959 (%)	1970 (%)	1980 (%)	1985 (%)
Bens de Consumo Não duráveis	65,1	57,0	38,6	41,4
Têxtil	24,1	13,0	10,9	10,5
Alimentares	29,7	29,1	16,8	19,4
Bens Intermediários	32,0	35,0	47,6	49,3
Metalúrgica	2,1	5,0	5,6	7,7
Química	14,9	14,7	27,1	30,8
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	2,8	8,0	13,8	9,3
Mecânica	0,2	1,8	4,7	3,7
Mat. Elétrico e de Comunicações	0,2	2,5	2,4	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: As categorias de uso foram formadas de acordo com os gêneros industriais, a seguir discriminados:  
a) Bens de Consumo Não Duráveis – Farmacêutica; Perfumaria; Têxtil; Vestuário; Alimentares; Bebidas; Fumo; Gráfica e Diversos.  
b) Bens Intermediários – Minerais não Metálicos; Metalúrgica; Madeira; Papel e Papelão; Borracha; Couros e Peles; Química e Materiais Plásticos  
c) Bens de Capital e de Consumo Duráveis – Mecânica; Mat. Elétrico e de comunicações; Material de Transporte e Mobiliário.

Fonte: IBGE. Censo Industrial (1960, 1970, 1980 e 1985).

Atuou ainda o sistema 34/18-FINOR como um mecanismo modernizador e diversificador da indústria da região em virtude da SUDENE só permitir a utilização de tecnologia moderna. O reduzido custo da mão-de-obra nordestina não foi fator determinante para a realização e localização de projetos industriais. Foi o custo de oportunidade zero dos incentivos fiscais, que aliado à estratégia de inversão das empresas decidiram pela realização e pela localização dos empreendimentos. Dessa maneira, a industrialização levada a cabo no Nordeste foi intensiva em capital, mantendo como era esperado o mesmo padrão tecnológico existente no Sudeste do país e desmistificando o problema da escolha tecnológica como atrelado ao custo relativo dos fatores de produção (Ferreira, 1982; 1983a).

A sistemática do FINOR funcionou como um mecanismo financiador e potencializador de uma acumulação concentradora de capitais e, desse modo, fez com que as pequenas e médias empresas quase não tivessem acesso aos recursos dos incentivos fiscais. Foram os grandes grupos

nacionais e internacionais os que mais utilizaram estes recursos e o fizeram em uma escala que correspondeu à metade de seus respectivos capitais.

A região nordestina passou a depender das áreas mais desenvolvidas do país, principalmente com relação aos seguintes pontos: a) dos capitais que comandaram o processo de industrialização; b) do fornecimento de insumos; c) de mercado para venda de sua produção, e d) para a aquisição dos equipamentos.

O processo de industrialização do Nordeste, no período áureo dos incentivos fiscais e financeiros, foi praticamente concentrado nos centros urbanos de Salvador e Recife. Entretanto, apesar da maior concentração nestas duas áreas, a industrialização contribuiu para urbanização de diversas capitais da região. Levou ainda a que ocorresse uma modernização nas atividades de comércio e serviços, aliada à existência de uma grande incidência de atividades informais.

A política de planejamento regional, que visava, por intermédio da industrialização, ao alcance da auto-suficiência da economia da região e à eliminação dos problemas decorrentes das secas, resultou numa integração insuficiente tanto do setor agrícola como do próprio setor industrial. Aliado a este fato, constatamos que a estrutura agrária continuou altamente concentrada nas mãos de poucos latifundiários e a política do assistencialismo foi mantida. Só que um assistencialismo aliado a uma ação planejada, pois apesar do esforço e do planejamento realizado pela SUDENE ao longo dos anos, a política que procurava atenuar as pressões advindas dos desequilíbrios socioeconômicos decorrentes das secas continuou sendo posta em prática.

Conforme a análise apresentada por Oliveira (1990), ocorreu também, durante este período, uma associação entre as empresas estatais e as empresas privadas nacionais e estrangeiras na região. Este processo foi viabilizado pela ação do Estado Autoritário que privatizou a esfera pública sem uma correspondente publicização da órbita privada.

O período de 1960/80 se caracterizou pelo crescimento acelerado da economia nordestina, tendo o Produto Interno Bruto se expandido em torno de 7% ao ano. Este fato foi decorrência de um maior crescimento alcançado ao longo dos anos 70, em virtude de muitos projetos privados e de programas governamentais (infra-estrutura econômica básica: transporte, energia e

comunicação) comecem a produzir seus resultados. Essa expansão centrada nos setores da indústria intermediária e de serviços serviu para contrabalançar os efeitos negativos e/ou pouco significativos do setor agrícola ou os decorrentes dos efeitos das secas.

Assim, mesmo o Brasil conseguindo obter elevadas taxas de crescimento econômico durante os anos 70, principalmente na primeira metade da década, a economia do Nordeste conseguiu aumentar sua participação relativa no PIB – Produto Interno Bruto – a preços de mercado e no PIB a custo de fatores per capita do país ao longo desse período (Tabela 3).

Tabela 3  
Brasil e Nordeste – variação do PIB e participação relativa no PIB brasileiro (%)

Anos	Variação anual		Participação PIB c.f. per capita do Nordeste no PIB c.f. per capita do Brasil	Participação do PIB p.m. do Nordeste no PIB p.m. do Brasil
	Brasil	Nordeste		
1970	8,80	4,20	44,50	12,60
1971	11,40	25,40	46,60	13,20
1972	11,90	5,90	45,60	13,00
1973	13,90	11,30	44,80	12,70
1974	8,30	1,60	42,60	12,20
1975	5,10	8,50	42,90	12,40
1976	10,20	7,00	44,70	12,90
1977	4,90	8,90	44,90	13,00
1978	4,90	10,50	47,00	13,70
1979	6,80	7,20	48,40	14,30
1980	9,20	2,90	48,10	14,20
1981	-4,40	-0,70	48,60	14,10
1982	0,60	10,50	50,70	14,60
1983	-3,40	-3,80	51,50	14,90
1984	5,30	8,60	53,70	15,40
1985	7,90	8,20	53,30	15,00
1986	7,60	14,40	55,00	15,60
1987	3,60	2,00	52,90	15,30
1988	-0,10	3,00	53,30	15,60
1989	3,30	2,30	52,80	15,20

Nota: c.f. – custo de fatores e p.m. – preço de mercado.

Fonte: SUDENE – NORDESTE: Produto e Formação Bruta de Capital 1965/89.

BNB – Análise Conjuntural (v. 27, n. 2, jul./dez. 1989).

BRASIL – Conjuntura Econômica (v. 45, n. 7, 31 jul. 1989).

### **3 A economia nordestina na década de 80. A questão econômica regional no período de realização da transferência financeira para o exterior**

Durante a década de 80 presenciamos a crise do modelo brasileiro. Ao longo deste período as questões ligadas ao desenvolvimento nacional, questões das disparidades regionais e política de longo prazo cedem lugar à aplicação de programas de estabilização e ajustamento macroeconômico.

No período 1980/85 o governo brasileiro implementou uma série de políticas visando atender à necessidade de geração de divisas para o pagamento do serviço da dívida externa do País. Após tentar evitar a ida ao Fundo Monetário Internacional com a implementação de uma política econômica ortodoxa centrada na contenção da demanda (1980/82), o governo recorreu ao Fundo e implementou no período de 1983/85 uma política de ajustamento sob sua orientação.

O objetivo inicial era reduzir a absorção interna (reduzir as despesas com produtos interno e de importação) com o único propósito de gerar saldos exportáveis a título de pagamento da dívida externa (Zini, 1990). Procurando conter a demanda interna o governo brasileiro adotou políticas de cunho restritivo na área fiscal-financeira e monetária. No campo fiscal-financeiro procurou dificultar o consumo, reduzindo seus gastos, arrochando o salário e impondo restrições ao crédito. Pelo lado monetário elevou a taxa de juros e desvalorizou o câmbio.

Ao iniciar o governo da “Nova República” (1985/89) as autoridades econômicas passaram a dar uma ênfase maior para a resolução dos problemas internos gerados pela política ortodoxa (inflação e déficit público), sem entretanto, dificultar a geração dos necessários superávits comerciais (exceção do período do Plano Cruzado, quando o pagamento da dívida externa foi relegado ao segundo plano).

Assuntos como desenvolvimento nacional e disparidades regionais deixam de ser prioritários na agenda e discussão nacional, durante os anos 80, para ceder lugar a questões tais como pagamento da dívida e o problema da transferência de recursos para o exterior e/ou combate à inflação e políticas de estabilização macroeconômicas.

Todavia as diversas políticas postas em prática durante todo este período, buscando obter o equilíbrio externo e/ou interno da economia, ocasionaram o agravamento de algumas questões fundamentais para a economia e a sociedade brasileira. Além da inflação galopante e do déficit

público, tivemos redução na formação bruta de capital fixo, déficit habitacional, desemprego e constante confisco de salário real (Albuquerque, 1989 e Romão, 1990).

A utilização das políticas de ajustamento e estabilização que possibilitaram a transferência para o exterior fez com que, durante os anos 80, a economia brasileira não conseguisse obter as elevadas taxas de crescimento das décadas anteriores. Entretanto, apesar da conjuntura nacional se apresentar desfavorável ao longo deste período, os indicadores econômicos da região Nordeste revelaram uma taxa de crescimento (4,7%) superior ao registrado em termos nacionais (2,9%). O que se constata é que a economia nordestina, fugindo à lógica das políticas de ajustamento implementadas no país durante a década de 80, obteve um crescimento apreciável.

A região Nordeste apresentou de certa maneira um comportamento diferenciado com relação à economia nacional, em virtude de conseguir manter o crescimento econômico aliado à obtenção de sistemáticos saldos na balança comercial. A via da contenção da demanda interna, redução dos gastos públicos e recessão econômica foi substituída pelo crescimento regional, manutenção do tradicional superávit do setor externo nordestino e uma política de gastos dos governos estaduais e municipais que possibilitaram a manutenção da demanda regional (Costa Filho, 1992 e Gomes, 1985).

Apesar da expansão e modernização do setor secundário regional, a indústria do Nordeste não se encontra totalmente integrada espacial e setorialmente. Sua estrutura agrária revela ainda o grave problema da questão fundiária e da diminuição na produção de alimentos (as inovações introduzidas na agricultura com a utilização de mecanização, pesticidas, adubos etc., foram realizadas nas culturas não ligadas à produção de alimentos). Essas características contribuíram para que os efeitos das políticas de ajustamento tivessem uma ação mais intensa e instantânea sobre os setores mais capitalistas e dinâmicos do país, e fossem mais reduzidos na economia nordestina. Com isso, a região Sudeste foi mais influenciada por essas políticas do que a economia do Nordeste brasileiro.

Os motivos que permitiram à economia nordestina obter a referida taxa de crescimento na década de 80 (4,7%) foram, entre outros, a expansão dos gastos dos Estados e municípios da região (em especial a manutenção dos gastos na Formação Bruta de Capital Fixo do setor público até por volta

de 1986) e a resposta positiva do setor externo regional (com elevação das exportações e diminuição das importações – em especial entre os anos de 1983/85) (Costa Filho, 1992).

Durante os anos 80 a participação do PIB nordestino a preço de mercado elevou-se para 15,2% no PIB nacional (Tabela 3), a industrialização prosseguiu penetrando o estado do Ceará (III Polo Industrial do Nordeste) – (Rocha, 1991 e Diniz & Crocco, 1996: 96) e, posteriormente, o Maranhão por intermédio das empresas ligadas ao Projeto Carajás. Ocorreu nova redução do setor primário na participação do PIB regional, e um conseqüente crescimento do setor terciário (Tabela 1). O setor externo diversificou sua pauta de exportações passando o predomínio para os produtos manufaturados e revelando uma elevada concentração no estado da Bahia.

Apesar da grave crise fiscal vivida pelo Estado brasileiro e os demais Estados da federação, o desenvolvimento econômico do Nordeste, ao longo desse período, permitiu à região obter uma melhora mesmo que reduzida no seu sistema educacional, nas áreas sanitária e habitacional, elevar a esperança de vida da sua população e reduzir a taxa de mortalidade infantil (Costa Filho, 1992).

#### **4 O avanço e supremacia neoliberal na sociedade e economia brasileira**

Na década atual presenciamos a supremacia de propostas e recomendações neoliberais para a América Latina. São correntes as afirmações das vantagens do processo de globalização<sup>10</sup> da economia e de seus benefícios ilimitados para toda região.

Seus defensores afirmam ainda que quem ficar à margem desse processo de aceleração capitalista está condenado ao atraso e à miséria. Os países que se fecharem terão pouco acesso ao capital e às novidades tecnológicas, perdendo competitividade e marcando passo. O resultado é que as economias nacionais perdem importância relativa para blocos regionais de comércio, com a economia cada vez mais interconectada.

---

10 “Globalização é um termo que eu não uso. Não é um conceito sério. Nós, os americanos, os inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causa de graves problemas” (Galbraith, 1997: 2-13).

A ideologia liberal que voltara a predominar nos Estados Unidos governados por Ronald Reagan e Inglaterra da primeira-ministra Margaret Thatcher se espalha pelo mundo. Com a vitória de Fernando Collor, no início dos anos 90, o liberalismo e a onda privatizante começam a penetrar na política e sociedade brasileira e passam a dominar a cena (Cano, 1994).

O sucesso inicial do Plano Real deu margem à vitória do governo de Fernando Henrique Cardoso que prosseguiu na linha liberalizante tentando moldar a economia, o Estado e a sociedade. O “Projeto Nacional” atualmente em execução visa aprovar e promover reformas que reduzam o papel e a ação do Estado, transformem nossa economia e reduzam o “custo Brasil” (impostos, burocracia e infra-estrutura).

No que diz respeito às políticas regionais o Governo Federal lançou o chamado “Projeto Nordeste”. Esse projeto previa a liberação de recursos (R\$ 11 bilhões até 1998) para 11 áreas de atuação, desde a criação de empregos, redução da mortalidade infantil até a solução para o velho problema hídrico. Pelo que ocorreu até o presente, esse projeto ficou só na promessa.

O quadro atual parece revelar uma situação em que só existem duas alternativas para o Brasil. A primeira, defendida pelo governo e seus aliados, seria a modernizante. Do outro lado, teríamos os conservadores ou o atraso. Os defensores da modernização são a favor da privatização, desregulamentação, abertura comercial e do “Estado Mínimo” com manutenção dos serviços básicos de saúde, educação, segurança, justiça, política etc., ficando o mercado encarregado de elevar a eficiência da economia. Por acarretar e acelerar a modernização, isso seria o novo e moderno segundo o discurso governamental. Os que defendem o Estado, as estatais, o nacionalismo, e elevação da tributação das camadas mais ricas da população estaria do lado do atraso (os dinossauros) e tendem a querer congelar a modernização.

Todavia, convém ressaltar que não estamos presos somente aos dois extremos anteriormente citados. Podemos modificar e melhorar esse modelo modernizante de desenvolvimento. Não devemos continuar na via de crescimento apoiada com recursos externos que tem beneficiado somente as elites de nossa população. É necessário resgatar políticas de longo prazo e criar “**um novo estilo de desenvolvimento**”, e dentro deste quadro recolocar as questões que digam respeito à maioria do povo brasileiro (certamente

dentre elas estarão pontos como as disparidades sociais e regionais gritantes de nosso país, questão agrária, saúde pública, educação etc.).

Ocorre que os efeitos positivos da política de estabilização, abertura comercial e a globalização levaram os conservadores e a imprensa, a propagarem e defenderem as necessárias transformações liberalizantes para a melhoria da economia e sociedade brasileira.

## **5 O Nordeste diante da globalização**

No que diz respeito à economia nordestina, o discurso da imprensa é otimista. Em artigo assinado por Manoel Fernandes, a revista *Veja* (1998) denominou a região como a nova fronteira econômica. Recordista em crescimento, o Nordeste está atraindo empresas, criando empregos e melhorando de vida. Assim, temos na região:

- i) produto interno bruto crescendo bem mais do que a média nacional;
- ii) o rendimento médio das pessoas ocupadas aumentando mais do que no restante do país;
- iii) o índice de desemprego nas capitais nordestinas sendo menor que nas cidades do Sul e Sudeste;
- iv) a população da região foi a que menos cresceu no Brasil; e
- v) nunca o Nordeste atraiu tanto investimento privado (verdade?).

Esse comportamento da economia nordestina e brasileira, ao longo das últimas décadas, deu margem a estudos e pesquisas como os da Organização das Nações Unidas e o trabalho de Álvaro Zini e Jeffrey Sach (que embora com abordagens diferentes chegam a conclusões parecidas), concluindo que o Brasil está melhorando e será no futuro um país mais homogêneo em termos de distribuição de riqueza. Como afirma o próprio Zini (1996):

“Quando comecei a pesquisa, tinha a idéia de que a desigualdade havia crescido. É a impressão que se tem quando se comparam a opulência da Avenida Paulista e a pobreza de partes do interior do país. Fiquei surpreso com o resultado. Descobri que a tendência é que a distribuição de renda entre os estados brasileiros se equilibre. É o mesmo fenômeno que já foi observado em outros países de dimensão continental, como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. Os estados brasileiros estão se equilibrando numa velocidade muito parecida com a americana. Lá, a distância entre os estados mais ricos e os mais pobres foi reduzida à metade em 50 anos. No ritmo



atual, é possível imaginar que num futuro não muito distante o Brasil seja um país equilibrado. Ser brasileiro está ficando mais fácil”.

Apesar dessa melhora é importante lembrar o grave problema da concentração pessoal da riqueza e da renda em nosso país.<sup>11</sup> Ocorre que os 10% mais ricos da nossa população detêm 50,6% da renda nacional, enquanto os 40% mais pobres têm que lutar pela divisão de apenas 7%. Os dados da Tabela 4 revelam ainda que o Brasil apresenta uma estrutura de concentração de riqueza e renda de tal magnitude que consegue superar a de países tais como Costa Rica, Uganda, Malásia, Zâmbia, Quênia e Botswana.

Tabela 4  
Razão entre a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos e a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres

Países	40-	10+	10+/40-	(10+/40-).4
Holanda	22,4	21,5	1,0	3,8
Bélgica	21,6	21,5	1,0	4,0
Japão	21,9	22,4	1,0	4,1
Alemanha	20,4	24,0	1,2	4,7
Suíça	20,1	23,7	1,2	4,7
Reino Unido	18,5	23,4	1,3	5,4
Estados Unidos	17,2	23,3	1,4	5,4
França	17,0	26,4	1,6	6,2
Uganda	16,6	30,7	1,8	7,4
El Salvador	15,5	29,5	1,9	7,6
Sir Lanka	15,9	34,7	2,2	8,7
Argentina	14,1	35,2	2,5	10,0
Costa Rica	12,0	39,5	3,3	13,2
Venezuela	10,3	35,7	3,5	13,9
Nepal	12,6	46,5	3,7	14,8
Malásia	10,2	39,8	3,9	15,6
Colômbia	11,2	44,1	3,9	15,8
México	9,9	40,6	4,1	16,4
Zâmbia	10,8	46,4	4,3	17,2
Quênia	8,9	45,8	5,1	20,6
Botswana	7,6	42,1	5,5	22,2
Peru	7,0	42,9	6,1	24,6
Panamá	7,2	44,2	6,1	24,6
Brasil	7,0	50,6	7,2	28,9

Nota: Distribuição das famílias segundo a renda familiar per capita.

Fonte: Construída com base nos dados obtidos de Mercadante (1997).

Por outro lado, este crescimento econômico da região Nordeste e as transformações ocorridas não devem ser motivo de comemorações, e devemos estudar mais detalhadamente seus indicadores sociais. O contexto

<sup>11</sup> Para Diniz (1993: 58) o perfil da distribuição regional e pessoal dos rendimentos se apresenta como o grande obstáculo para uma efetiva política de desconcentração regional da indústria no Brasil.

social nordestino apresenta quadro mais crítico que o da média nacional (Tabela 5). O Nordeste continua apresentando indicadores de subdesenvolvimento e pobreza próximos aos dos países menos desenvolvidos do mundo. Assim, a miséria continua sendo o problema mais grave do nosso país, tendo nessa região uma feição mais séria.<sup>12</sup>

Tabela 5  
Indicadores sociais – Brasil e regiões

	Norte	Nordeste	C. Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Mt. Inf.	53/mil	88/mil	33/mil	30/mil	27/mil	50/mil
E. Vida	67,4	64,2	67,8	67,5	68,7	65,6
Desnut.	42,3%	46,1%	25,7%	21,7%	17,85	31,0%
Médicos	1.980	1.415	1.033	614	887	749
Tx. Esc.	88,7 % <sup>(1)</sup>	77,9%	84,6%	87,1%	82,7%	83,20%
Evasão	14,85	16,0%	13,0%	8,8%	8,55	11,8%
Reprov.	17,7%	19,8%	14,75	15,75	14,9%	17,0%
Analfb.	25,7% <sup>(1)</sup>	38,8%	16,0%	14,0%	11,6%	18,4%
R. Água	80,0% <sup>(1)</sup>	48,4%	62,0%	84,9%	68,4%	70,9%

Nota: <sup>(1)</sup>Dados referentes apenas à zona urbana.

Obs.: MT. Inf. = Mortalidade Infantil antes de um ano de idade (1990); E. Vida (1990); Desnut. = Crianças desnutridas com menos de cinco anos (1994); Tx. Esc. = Taxa de escolarização de crianças de sete a 14 anos; Evasão = taxa de evasão escolar no primeiro grau (1992); Reprov. = Taxa de reprovação; Analfb. = Analfabetismo da população acima de cinco anos de idade. R. Água = rede de água.

Fonte: Extraído de Affonso (1997: 21).

A economia nordestina pôde obter um crescimento econômico e melhorar, mesmo que de uma forma reduzida, os indicadores do seu sistema educacional, da área de saúde e de habitação, elevar a esperança de vida de sua população e reduzir a taxa de mortalidade infantil apesar da grave crise por que passava a economia e o Estado brasileiro. Porém esse mesmo comportamento e resultado foi obtido pelas demais regiões do país, mesmo ante as políticas de ajustamento e estabilização implementadas nos anos 80 e a crise fiscal que assola o Estado (Costa Filho, 1992).

Além do mais, o processo de industrialização da economia nordestina e a manutenção do crescimento regional durante as últimas décadas e, em especial, nos anos 80, não conseguiram eliminar as estruturas arcaicas que fazem parte do quadro histórico-estrutural da região. Com isso,

<sup>12</sup> A pobreza continua a ser uma das marcas mais importantes do Nordeste, quando vista no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente (Araújo, 1995: 126).

esse crescimento foi realizado em benefício das elites e grupos dominantes já melhores aquinhoados, no processo anteriormente mencionado de “modernização conservadora”.<sup>13</sup>

Nesse momento devemos não somente criticar a política de modernização imposta a nossa economia e sociedade, mas também defender e formular um projeto novo e alternativo de desenvolvimento nacional que viabilize a transformação produtiva e equidade social.<sup>14</sup> A autodeterminação humana e sua ação criativa não se devem acomodar e nem sujeitar-se passivamente à globalização. É necessário reafirmar a não-existência de uma lógica econômica inexorável que nos imponha uma integração subordinada no contexto internacional.

No contexto e formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento nacional se faz necessário repensar as teorias e teses que reivindicam mais recursos e crescimento para o Nordeste. Devemos propor modificações na estrutura da região Nordeste procurando criar “**um novo estilo de desenvolvimento regional**” (Ferreira, 1990). Este fato se torna mais urgente ante a avalanche neoliberal que invade o governo e a sociedade brasileira, recolocando a solução de mercado como o melhor guia.<sup>15</sup>

## Conclusão

A ideologia neoliberal que afirma ser a integração regional e mundial altamente benéfica necessita ser questionada. Os países desenvolvidos determinam o ritmo da competição internacional, trabalhando na fronteira tecnológica e possuindo capacidade para introduzir novos produtos, criar inovações que reduzam custos etc. (Guimarães, 1998). Além do que, a realidade histórica desses países mostra que as principais nações

---

13 A relação entre política e a economia na região é expressa pelas estratégias conservadoras das suas elites, cujo resultado imediato é evitar alterações profundas na organização social e no sistema produtivo do espaço regional. Esta estratégia tem sido vitoriosa por longo tempo. No entanto, há iniciativas empresariais de sucesso que desmentem a inexorabilidade do fracasso ou da necessidade do socorro da Nação, embora ignoradas no discurso da elite parlamentar (Castro, 1991: 74).

14 No discurso neoliberal isto não tem guarida, pois a busca é da eficiência e não da equidade (Cano, 1997: 134).

15 *A sociedade brasileira tem que se reorganizar para repensar seu futuro* e para enfrentar as dificuldades internacionais e nacionais apontadas no tópico anterior e *derrubar o discurso ideológico e as receitas que lhe tentam impor* (Cano, 1994: 28 – Grifos no original).

desenvolvidas<sup>16</sup> utilizaram-se e utilizam-se do Estado e da via protecionista em benefício de seus desenvolvimentos.

Nada assegura que o que é benéfico para o desenvolvimento do capitalismo dos países avançados seja adequado aos destinos da economia brasileira. O Brasil possui uma economia e sociedade que apresentam enormes desigualdades e ocupam uma posição periférica na economia mundial. Assim sendo, a nossa estrutura empresarial se apresenta menos desenvolvida em termos de poder financeiro, nível organizacional e capacidade tecnológica do que as elites empresariais das nações desenvolvidas.

Além do mais, quando o Brasil passar a fazer parte de um grande bloco econômico crescem bastante o risco e a possibilidade da perda de sua autonomia de política econômica. Nossa economia não dependerá mais de uma política econômica e social de governo a partir de decisões autônomas e soberanas.<sup>17</sup> No que diz respeito às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, esse quadro aponta não só para sua marginalização, mas acima de tudo para o seu esquecimento.

Porém, a globalização não é um processo “natural inevitável” que não possa sofrer intervenção e controle. O Brasil pode implementar um projeto nacional de desenvolvimento novo e alternativo, que apesar do caráter de classe do Estado, deve estar apoiado nas políticas públicas. Esse plano deve partir para tentar solucionar os problemas estruturais, os desequilíbrios regionais, as seqüelas econômicas e a deterioração do quadro social brasileiro.

As falhas, a implementação e os interesses de classe objetos das políticas anteriores de desenvolvimento regional não devem desestimular outras tentativas e devemos lutar pela formulação de uma **nova política de desenvolvimento para o Nordeste** (visando superar e eliminar a pobreza, a fome e a miséria).

Considero o reexame da questão Nordeste relevante dentro do quadro atual, tendo em vista que:

i) a exclusiva atuação dos mecanismos de mercado (individualismo, automatismo, não-intervenção, racionalidade, utilitarismo etc.) dificilmente romperá com as estruturas arcaicas regionais;<sup>18</sup>

---

16 Dentre as quais destacam-se os Estados Unidos da América, Alemanha e o Japão.

17 Como no passado colonial, o funcionamento da economia brasileira e suas atividades passarão a depender de objetivos e interesses estranhos ao país.

18 Dessa forma, é uma ilusão pensar no “poder transformador” de modernização e competitividade que o neoliberalismo possa trazer ao mundo subdesenvolvido (Cano, 1997: 134).

ii) os problemas de superação de barreiras institucionais e de intervenção governamental se constituem num problema político;

iii) apesar de todo esforço realizado com a política via SUDENE de incentivos fiscais, e dos resultados obtidos, não foi possível viabilizar um verdadeiro desenvolvimento econômico e social da região;

iv) a utilização durante os últimos 14 anos de políticas de curto prazo (políticas de ajustamento e políticas de estabilização), relegou ao segundo plano a idéia de desenvolvimento e provocou o esquecimento das questões dos problemas regionais;

v) o atual predomínio do pensamento liberal que prega o Estado Mínimo e ataca não só o intervencionismo do Estado mas todas as conquistas sociais decorrentes do Estado do Bem-Estar que surgiu com a revolução keynesiana;

vi) na linha neoliberal predomina a busca da eficiência, relegando-se o social a segundo plano. E “em esquema desses, políticas regionais só existem ‘por mera coincidência’, através de projetos privados específicos com outros objetivos acima da questão regional” (Cano, 1997: 134);

vii) também porque a correlação entre “Estado enxuto”, privatização e aumento dos gastos sociais simplesmente não existe (Tavares, 1997);

viii) pela necessidade de procurarmos alternativas de interpretação a essa questão e sobretudo de sugerirmos reformas e políticas a serem seguidas. Isso se faz mais urgente ante as modificações que o processo de globalização vem trazendo para a economia e a sociedade no novo milênio, além do que **a crise que assola a civilização industrial (capitalista) parece que somente será resolvida com a “mudança do modelo de desenvolvimento em vigor”** (Furtado, 1997).

Assim, continua importante e atual o resgate da questão Nordeste e do problema das disparidades regionais na agenda dos problemas nacionais. É necessária a sua inclusão e discussão na formulação de um **“novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil”**, que se contraponha ao pensamento liberal (que prega o Estado mínimo e as soluções de mercado livre) como o melhor caminho a ser seguido pelo nosso país.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> A execução de um verdadeiro “projeto nacional” que se contraponha a este estado de coisas teria de promover uma regeneração do Estado e de suas relações com a sociedade – não apenas os setores dominantes, mas também as classes médias e as populações excluídas (Tavares, 1997).

## **Bibliografia**

- ARAÚJO, Tania B. Nordeste, Nordeste; que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de B. A., SILVA, Pedro L. B. (Org.). *Desigualdade regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Editora Universidade Estadual Paulista, 1995. (Federalismo no Brasil).
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994. 184p.
- \_\_\_\_\_. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p.101-41, jun. 1997.
- CASTRO, Iná E. Imaginário político e realidade econômica, o “marketing” da seca nordestina. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 53-75, nov. 1991.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1978. 165p.
- COSTA FILHO, S. O. *Comportamento da economia Nordestina em decorrência das políticas de ajustamento econômico dos anos 80*. Fortaleza: UFC/CAEN, 1992. (Dissertação, Mestrado).
- DINIZ, Célio C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.
- DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. Restruturação econômica e impactos regional; o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.
- FERREIRA, Assuéro. O Nordeste brasileiro contraponto inacabado da acumulação? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 71-87, jul./set.1983.
- \_\_\_\_\_. A dinâmica da expansão industrial recente no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 219-46, abr./jun. 1983a.
- \_\_\_\_\_. Em busca de um novo estilo de desenvolvimento para o Nordeste. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, p. 127-50, dez.1990.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 206p.
- \_\_\_\_\_. Mundo do amanhã. Entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja*, Edição 1477, ano 30, n. 1, p. 8-11, 8 jan. 1997.
- GALBRAITH, John K. Para Galbraith, crise asiática serviu para NY realizar lucros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1997, 2 Caderno – Dinheiro. p.13.
- GOMES, Gustavo M. et al. *Recessão e desemprego nas regiões brasileiras*. Recife: UFPE/PIMES, 1985. 106p.

- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste* (da articulação comercial à integração produtiva). Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- GUIMARÃES, Samuel. Os principais desafios internacionais do Brasil. *Jornal do Economista*, São Paulo, CRE 2 Região, n. 108, p. 8-10, jan. 1998.
- IBGE. *Censo Industrial 1960 - 1970 -1980 -1985*. Rio de Janeiro, vários anos.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. 4. ed. São Paulo: CEBRAP, 1981. 87p.
- \_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro:Graal, 1980. 159p.
- \_\_\_\_\_. A metamorfose da arribação – Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul. 1990.
- ROCHA, Euripdys. *O caráter inovador do fundo de desenvolvimento industrial do Ceará*. Fortaleza: UFC/CAEN, 1991. (Texto para Discussão, n. 97).
- ROMÃO, Maurício C. *Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil*. Recife: UFPE/PIMES, 1990. 74p. (Texto para Discussão, n. 209).
- SMITH, Roberto. *Aspectos da industrialização do Nordeste e a dinâmica da acumulação*. Fortaleza: UFC/CAEN, 1984. (Texto para Discussão, n. 46).
- SUDENE. *Produto e formação bruta de capital Nordeste do Brasil 1965-1989*. Recife, 1990.
- TAVARES, Maria da C. Tendências de globalização do Estado Nacional e seus impactos sobre o Brasil. *Cadernos ANGE - Textos Didáticos*, Rio de Janeiro, 1993.
- \_\_\_\_\_. Globalização e o Estado Nacional. *Folha de São Paulo*, 12 out. 1997. Caderno- dinheiro p. 4.
- VILLARREAL, René. *A contra-revolução monetarista; teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- ZINI, Álvaro. O Brasil melhorou. Entrevista na revista *Veja*, edição 1450, ano 29, n. 26, p. 7-10, 26 jun. 1996.
- \_\_\_\_\_. O Brasil num cruzamento; dívida externa e exaustão fiscal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 10, n. 1, p.32-53, jan./mar. 1990.